

**PROPOSTA N.º 821 - P/2015**

Considerando que:

O Município de Sintra é proprietário de uma parcela de terreno, sita na Av. 29 de Agosto, n.º 317 e 319 na Terrugem, com área de 7353,00 m<sup>2</sup>, inscrita na matriz predial urbana sob o artigo P9486 da União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem;

O artigo 19.º do Regulamento do Património Imóvel do Município de Sintra (RPIMS), estipula que podem ser vendidos imóveis do domínio privado do município cuja propriedade não seja necessária à prossecução de fins de interesse público, nem esteja afeto à sua atividade operacional, o que se verifica no caso em apreço;

As verbas resultantes da alienação poderão ser direcionadas para prossecução de projetos municipais que vão de encontro aos objetivos estratégicos do município;

Foi manifestado o interesse na aquisição da parcela por empresas com o objetivo de implementar empreendimentos comerciais no local;

De acordo com o artigo 25.º do RPIMS, o processo de venda de imóveis em hasta pública, tem o seu início com uma proposta do executivo camarário a quem compete deliberar sobre a oportunidade de solicitar à assembleia municipal autorização para a realização da venda de imóveis em hasta pública e fixação das condições gerais;

Se trata de uma parcela de terreno classificada no PDM como espaço industrial, à qual a Comissão de Avaliação atribuiu o valor de 110,00 €/m<sup>2</sup>;

Com suporte nesse valor foi decidido que o valor base da venda da parcela de terreno em hasta pública seria no montante de 850.000,00 € (oitocentos e cinquenta mil euros);

Reunião de

2.º OUT. 2015

Ordem Agendada com o  
n.º 31

Ao abrigo da alínea i) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a Câmara Municipal a alienar bens imóveis de valor superior a 1000 vezes o RMMG e fixar as condições gerais da venda por hasta pública,

**Tenho a honra de propor à Exma. Câmara que ao abrigo do artigo 25.º do RPIMS e da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibere:**

Solicitar à Assembleia Municipal de Sintra, que ao abrigo da alínea i) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorize o procedimento de venda por hasta pública da parcela de terreno municipal, sita na Av. 29 de Agosto, n.º 317 e 319 na Terrugem, com área de 7353 m², inscrita na matriz predial urbana sob o artigo P9486 da União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem, assinalada nas plantas, anexos I e IA, pelo valor base de 850.000,00 € (oitocentos e cinquenta mil euros) e aprove o documento, anexo II, onde constam as condições gerais do procedimento da venda em hasta pública, que é parte integrante desta proposta para todos os efeitos legais.

Paços do Concelho de Sintra, 17 de outubro de 2015

O Presidente da Câmara



Basílio Horta

Reunião de

20 OUT, 2015

Ordem Agendada com o

nº 31

Sintra, 13-10-2015

**Assunto: PROPOSTA DE VENDA EM HASTA PÚBLICA DE PARCELA DE TERRENO NA TERRUGEM**

Parecer:

*Concordo c/ o proposto. O valor base de venda são 850 mil euros.*

*A considerar superior.*

*13.10.15*  
O Chefe da DGPI

*Carlos Vieira*

Despacho: *Concordo. A considerar do Excmo Senhor Presidente, solicitando o agendamento para reunião do Executivo*

A Diretora do Departamento de  
Administração, Finanças e Património

*Susana Sousa*  
(Susana Caetano de Sousa)  
*13/10/2015*

De: DGPI – Sílvia Araújo

Para: Chefe da Divisão de Gestão do Património Imóvel – Dr. Carlos Vieira

1. O Município de Sintra é proprietário de uma parcela de terreno, sita na Av. 29 de Agosto, n.º 317 e 319 na Terrugem, com área de 7353 m², inscrita na matriz predial urbana sob o artigo P 9486 da União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem.
2. O artigo 19.º do Regulamento do Património Imóvel do Município de Sintra (RPIMS), estipula que podem ser vendidos imóveis do domínio privado do município cuja propriedade não seja necessária à prossecução de fins de interesse público, nem esteja afeto à sua atividade operacional, o que verifica no caso em apreço, conforme informação dos serviços.
3. Tem sido manifestado por empresas, interesse na aquisição da parcela de terreno, com o objetivo de implementar no local um empreendimento comercial.
4. Feita a avaliação da parcela de terreno a Comissão de Avaliação deliberou atribuir o valor de 110,00/m².
5. Com suporte nesse valor, foi decidido que o valor base de venda da parcela de terreno em hasta pública seria no montante de 850.000,00 € (oitocentos e cinquenta mil euros).

Reunião de

*2.º e 3.º de Out. 2015*

Docº Agendado com o  
Nº *31*

6. De acordo com o artigo 25.º do RPIMS, o processo de venda de imóveis em hasta pública, tem o seu início com uma proposta do executivo camarário a quem compete deliberar sobre a oportunidade de solicitar à assembleia municipal autorização para a realização da hasta pública e fixação das condições gerais.
7. Nesse sentido foram redigidas as condições gerais, que irá regular o procedimento de hasta pública, cujo teor se submete à consideração superior.
8. Caso as condições gerais do procedimento de hasta pública mereçam aprovação, submete-se à consideração superior apresentar proposta ao executivo camarário para autorizar o procedimento de alienação em hasta pública da parcela de terreno municipal sita na Av. 29 de Agosto, n.º 317 e 319 na Terrugem, com área de 7353 m<sup>2</sup>, inscrita na matriz predial urbana sob o artigo P.9486 da União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem, pelo valor base de 850.000,00 € (oitocentos e cinquenta mil euros) e restantes condições constantes nas condições gerais do procedimento, em anexo.

À consideração superior.

A Técnica Superior



Sílvia Araújo

Reunião de

20 OUT. 2015

Docº Agendado com o  
Nº 31

# ANEXO - I



Reunião de

2 0 OUT. 2015

Docº Agendado com o

Nº 31

## LEGENDA GERAL

 LIMITE DA PARCELA EM HASTA PÚBLICA (CÂMARA SINTRA) -

7 353.00m2

ESCALA: sem escala  
14 - 10 - 2015

# Concelho de Sintra Informação Geográfica

## Legenda:

CAOP 2013 FREGUESIAS SINTRA

Ruas

Edifícios

ORTOS - 2010 3

RGB

Red: Band\_1

Green: Band\_2

Blue: Band\_3

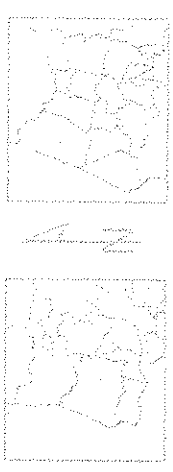
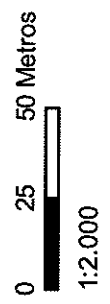
Reunião de  
2 0 OUT. 2015

Docº Agendado com o  
Nº 31

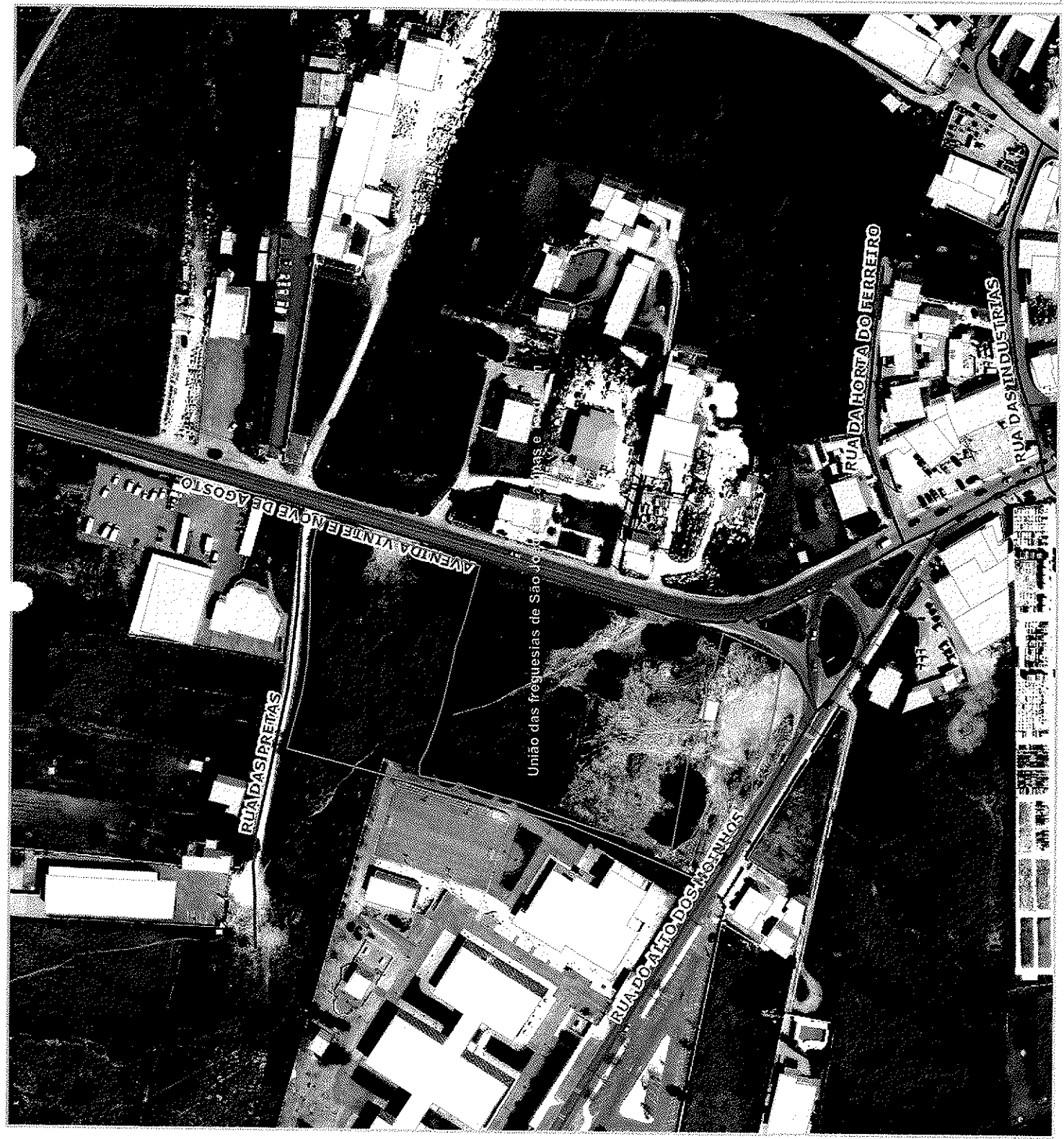
PARCELA DE TERRENO COM  
A ÁREA DE - 7 353, 00 m2

Fonte dos dados:  
Câmara Municipal de Sintra

ANEXO - IA



Sistema de Informação Geográfica  
Câmara Municipal de Sintra  
Departamento de Geoprocessamento  
Unidade de Planeamento e Gestão do Território



## CONDIÇÕES GERAIS DO PROCEDIMENTO DE HASTA PÚBLICA

### 1. OBJETO

A presente hasta pública tem por objeto a alienação de uma parcela de terreno, propriedade do Município de Sintra, com área de 7353 m<sup>2</sup>, sita na Av. 29 de Agosto, n.º 317 e 319, na Terrugem, inscrita na matriz predial urbana sob o artigo P 9486 da União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem, assinalada nos anexos I e IA, parte integrante deste documento.

### 2. VALOR BASE DE ALIENAÇÃO, LANÇOS E CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

2.1 O valor base de alienação da parcela de terreno é de 850.000,00 € (oitocentos e cinquenta mil euros).

2.2 Os lanços serão no valor mínimo de 5.000,00 € (cinco mil euros).

2.3 O preço a pagar ao Município de Sintra não poderá ser inferior ao valor mais elevado apresentado nas propostas admitidas ou lanços feitos.

### 3. PUBLICITAÇÃO

3.1. O anúncio de abertura do procedimento da hasta pública será publicitado na página eletrónica do Município de Sintra: [www.cm-sintra.pt](http://www.cm-sintra.pt), num jornal local e nos locais públicos do costume.

3.2. O anúncio deve conter as seguintes informações:

- a) A identificação e a localização do imóvel;
- b) O valor base da alienação;
- c) Os impostos e outros encargos e despesas devidos;
- d) As modalidades de pagamento admitidas;
- e) O local e a data para a apresentação de propostas;
- f) O local, a data e a hora da praça;
- g) A indicação de outros elementos considerados relevantes.

Reunião de

20 OUT. 2015

Doc.º Agendado com o  
n.º 31

### **3. INTERVENIENTES**

3.1 Só os concorrentes, que tenham apresentado propostas e eventuais titulares do direito de preferência, podem licitar.

3.2 No caso de pessoas coletivas, os respetivos representantes devem vir munidos de instrumento de poderes para o ato.

3.3 Os eventuais preferentes deverão identificar-se antes do início da praça com documentos comprovativos dessa condição.

### **4. IMPOSTOS E OUTROS ENCARGOS E DESPESAS DEVIDOS**

Ao valor da adjudicação acrescem todos impostos, despesas e encargos inerentes à celebração da escritura, nomeadamente os registos, Imposto de Selo e Imposto Municipal sobre as Transacções Onerosas de Imóveis, que serão da responsabilidade do adjudicatário.

### **5. COMISSÃO**

O procedimento é conduzido por uma Comissão composta por três elementos, que serão designados pelo Presidente da Câmara Municipal de Sintra, um dos quais presidirá.

### **6. LOCAL E DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS**

6.1 As propostas poderão ser entregues nas instalações da Divisão de Gestão do Património de Imóvel, na seguinte morada dentro do prazo que vier a ser publicitado no anúncio de abertura da hasta pública:

Endereço: Rua Doutor Alfredo Costa, n.º33 - Cave

Código Postal: 2710-524

Localidade: Sintra

Telefone: 00351 219 236 812

6.2 As propostas podem ser remetidas por correio, nos termos previstos no presente procedimento, endereçadas para Câmara Municipal de Sintra (A/c Divisão de Gestão do Património Imóvel).

Endereço: Largo Dr. Virgílio Horta

Código Postal: 2714-501

Localidade: Sintra

Reunião de

20 OUT. 2015

Doc.º Agendado com o nº 31

6.3 As propostas deverão ser entregues até ao último dia útil anterior ao da realização da praça, dentro do prazo que venha a ser publicitado no anúncio.



## 7. MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1 As propostas devem ser elaboradas conforme “Modelo de Proposta” (anexo III), devendo indicar o valor para a aquisição do imóvel que terá de ser igual ou superior ao valor base de licitação e devem ser acompanhadas dos seguintes documentos: cópia do BI ou CC e NIF, morada e contactos, e no caso de pessoa coletiva, o cartão de pessoa coletiva, o NIPC, certidão do registo comercial e os documentos dos representantes/procuração e respetivos contactos.

7.2 As propostas deverão ser entregues no horário normal de expediente, pelos concorrentes ou seus representantes legais no local indicado no ponto anterior, contra recibo, ou remetidas pelo correio, sob registo e com aviso de recepção em invólucro opaco, fechado e lacrado com a identificação do concorrente e a inscrição: “*HASTA PÚBLICA - TERRUGEM*”,

7.3 A proposta é fechada em novo envelope e enviada à Câmara Municipal de Sintra, por uma das vias indicadas no Ponto 6.

7.3 No caso da remessa das candidaturas pelo correio, o concorrente será o único responsável pelos atrasos que porventura se verifiquem, não sendo atendida qualquer reclamação na hipótese da entrega da proposta se verificar já depois de esgotado o prazo estabelecido.

## 8. ELEMENTOS DISPONÍVEIS E ESCLARECIMENTOS

8.1 Todos os elementos disponíveis sobre o imóvel a alienar estarão disponíveis para consulta no local indicado no Ponto 6.1, nos dias e na hora normal de expediente.

8.2 Os elementos relativos ao imóvel a alienar podem ser adquiridos pelos interessados, a seu pedido, mediante o pagamento do montante fixado na Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra, em vigor.

8.3 Qualquer esclarecimento relativo ao imóvel a alienar deve ser requerido por correio eletrónico, para o endereço [dgpi.juridico@cm-sintra.pt](mailto:dgpi.juridico@cm-sintra.pt), ou por carta, pelo interessado, na primeira metade do prazo a definir no anúncio de abertura.

8.4 No dia da realização da praça os esclarecimentos prestados pela comissão, a requerimento dos interessados, serão disponibilizados aos restantes interessados.

Reunião de

20 OUT. 2015

Decorre Agendado com o

31

## **9. VISITA AO IMÓVEL**

91 Durante a fase de elaboração das propostas, os candidatos poderão visitar o imóvel e realizar os reconhecimentos havidos por indispensáveis à elaboração das mesmas.

9.2 As visitas a que se refere no número anterior devem ser requeridas por correio eletrónico referido à Divisão de Gestão do Património Imóvel da Câmara Municipal, durante os primeiros cinco dias do prazo previsto para apresentação de propostas.

## **10. LOCAL, DATA E HORA DA PRAÇA:**

O ato público de abertura das propostas terá lugar na Sala da Nau do Palácio de Valenças, em dia e hora que serão definidos pelo Presidente da Câmara no anúncio de abertura.

## **11. TRAMITAÇÃO DO ATO PÚBLICO**

11.1 Declarado aberto o ato público, a Comissão procede à identificação da hasta pública e à abertura dos subscritos recebidos.

11.2 A Comissão procede, depois, à leitura da lista de candidatos elaborada de acordo com a ordem de entrada das propostas entregues na Divisão de Gestão do Património Imóvel.

11.3 Seguidamente, a Comissão procede à identificação dos candidatos e dos seus representantes.

11.4 De seguida, interrompe-se o ato público para a Comissão proceder, em sessão privada, à análise dos documentos de habilitação apresentados pelos candidatos.

11.5 A Comissão rubrica os documentos mencionados no ponto anterior e procede à sua análise, deliberando sobre a admissão ou exclusão dos proponentes que se enquadrem numa das seguintes situações:

- a) A não apresentação de qualquer dos documentos exigidos no ponto 7.1 do presente procedimento;
- b) A não apresentação da proposta até à data limite fixada no ponto 6.3 do presente procedimento;
- c) A apresentação de proposta sob condição ou que envolva alterações ou variantes das condições de alienação.

Reunião de

20 OUT, 2015

Docº Agendado com o

Nº 31

11.6 Reaberto o ato público, a Comissão transmite as deliberações tomadas, dando-se continuidade àquele ou fixando-se dia e hora para a continuação do mesmo.

11.7 De imediato, é aberta a praça iniciando-se a licitação a partir do valor mais elevado apresentado nas propostas admitidas.

11.8 No ato público da praça, procede-se à licitação verbal entre os candidatos, que podem ser os próprios ou os seus representantes devidamente legitimados com poderes bastantes para o efeito.

11.9 A licitação termina quando tiver sido anunciado por três vezes o lanço mais elevado e este não for coberto.

11.10 Seguidamente, dar-se-á lugar ao exercício de eventuais direitos de preferência, e, apresentando-se a preferir mais do que um preferente legal, reabre-se a licitação entre eles.

11.11 Para efeitos do número anterior, a licitação terminará quando tiver sido anunciado por três vezes o lanço mais elevado e este não for coberto.

11.12 No final da praça, a Comissão procede à adjudicação provisória do imóvel ao candidato que tenha apresentado proposta ou lanço mais elevados e elabora o respetivo auto de arrematação que deve ser assinado pelos membros da Comissão e pelo adjudicatário provisório.

## **12. MODALIDADE DE PAGAMENTO E CELEBRAÇÃO DE ESCRITURA PÚBLICA**

12.1 O adjudicatário provisório ou o terceiro a quem este contratou deve proceder ao pagamento imediato de 10% do valor pelo qual o imóvel foi arrematado.

12.2 O Município emitirá documento de quitação das quantias entregues a título de pagamento inicial.

12.3 O pagamento do montante remanescente aos 10%, será pago no ato da celebração da escritura pública de compra e venda do imóvel.

12.4 O adjudicatário provisório deve apresentar os documentos comprovativos de que se encontra em situação regularizada perante o Estado em sede de contribuições e impostos, bem como relativamente à sua situação contributiva para com a segurança social, assim como outros que lhe sejam exigíveis para a celebração da escritura de compra e venda, no prazo de 30 dias úteis a contar da data da adjudicação provisória.

Reunião de

20 OUT. 2015

Assinado eletronicamente

Nº 31

15

12.5 A não apresentação dos documentos referidos no ponto anterior, por motivo imputável ao adjudicatário provisório, implica a não adjudicação definitiva do imóvel.

12.6 A decisão de adjudicação definitiva ou não adjudicação pelos factos referidos nos pontos anteriores, compete ao Presidente da Câmara Municipal, devendo dela ser notificado o adjudicatário provisório.

12.7 A escritura pública de compra e venda deverá ser celebrada no prazo máximo de 120 dias a contar da data de adjudicação definitiva do imóvel.

12.8 Caso o prazo referido no número anterior não seja cumprido, devido a facto imputável ao adjudicatário, a adjudicação do imóvel fica automaticamente sem efeito.

### **13. NÃO ADJUDICAÇÃO DEFINITIVA OU DESISTÊNCIA DO ADJUDICATÁRIO**

13.1 A Câmara Municipal pode, por motivos de interesse público ou outros motivos atendíveis, decidir pela não adjudicação definitiva, sem que assista ao adjudicatário o direito a qualquer indemnização, com exceção da devolução, em singelo, das quantias entregues.

13.2 Ocorrendo a desistência do adjudicatário, por motivos alheios à Câmara Municipal perderá este, a favor do Município as quantias já entregues.

13.3 No caso previsto no número anterior, e caso a Câmara Municipal assim o determine, poderá o imóvel ser adjudicado ao concorrente que tenha apresentado a proposta ou o lanço imediatamente inferior ao valor da arrematação.

### **14. HASTA PÚBLICA DESERTA**

Se não houver propostas ou nenhuma seja aceitável por não cumprir os requisitos, fica desde já a Câmara Municipal autorizada a proceder à alienação do imóvel por ajuste direto, pelo valor mínimo da base de licitação.

### **15. FALSAS DECLARAÇÕES OU FUNDADO INDÍCIO DE CONLUÍO ENTRE OS PROPONENTES**

A prestação de falsas declarações ou o fundado indício de conluio entre os proponentes implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada, anulação da adjudicação ou anulação da hasta pública, e pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos a realizar pelo Município de Sintra, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Reunião de  
20 OUT. 2015

Doc.º Agendado com o  
n.º 31

## 16. ENQUADRAMENTO LEGAL

Em tudo o que não esteja especialmente estipulado nas condições gerais e nos restantes documentos do procedimento de hasta pública, aplica-se o Regulamento do Património Imóvel do Município de Sintra e o Regime Jurídico do Património Imobiliário Público, aprovado pelo Decreto-Lei nº 280/2007, de 7 de Agosto e demais legislação aplicável.

Reunião de

2.º OUT. 2015

Docº Agendado com o  
nº 31

### **ANEXO III**

#### **Modelo de Proposta**

..... (nome, n.º Cc ou BI, contribuinte, morada e contactos), na qualidade de representante legal de (1) .....  
.....(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento das condições de alienação e execução do contrato a celebrar com o Município de Sintra na sequência do procedimento de alienação da parcela de terreno com área de 7353 m<sup>2</sup>, sita na Av. 29 de Agosto, n.º 317 e 319, na Terrugem, inscrita na matriz predial urbana sob o artigo P 9486 da União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem, colocado à venda em hasta pública, propõe, sob compromisso de honra, adquirir a parcela de terreno pelo valor de .....(.....) (2).  
Junto em anexo os seguintes documentos (3)

... (local), ... (data), .....  
.... (assinatura)

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas. No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «na qualidade de representante legal de».

(2) Valor expresso por algarismos e por extenso.

(3) Conforme o ponto 7.1 das condições gerais.

Reunião de

7 de OUT. 2015

Reunião Agendada com o

Nº 31

<b>MINISTÉRIO DAS FINANÇAS</b> AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA	<b>IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMOVEIS (IMI)</b> COMPROVATIVO DA DECLARAÇÃO PARA INSCRIÇÃO OU ACTUALIZAÇÃO DE PRÉDIOS URBANOS NA MATRIZ (Modelo 1)	Serviço de Finanças <b>1562 - SINTRA-1</b>
------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------

### Elementos da Declaração

NIF: 500051062 Nome: MUNICIPIO SINTRA  
 Telefone: 219236810 E-Mail: dgpi@cm-sintra.pt  
 Motivo: 1 - Prédio Novo  
 Subdivisão: 1.1 - Prédio Novo (art.º 106º, b))  
 Data Recepção: 2015-09-30 Artigo Provisório: P9486 Nº Registo: 6723361

### Identificação Matricial

Tipo: Urbano Freguesia: 111127 - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SÃO JOÃO DAS LAMPAS E TERRUGEM  
 Artigo: P9481

### Elementos do Prédio

Freguesia: 111127 - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SÃO JOÃO DAS LAMPAS E TERRUGEM SF:  
 1562 - SINTRA-1  
 Av./Rua/Praça: Av 29 de Agosto n.ºs 317 e 319 N.º: 317 Andar: Lugar: Terrugem Cód. Postal: 2705-907  
 Conservatória: SINTRA Registo n.º: 6746

### Anexo I

Prédio:

NIF: 500051062 Nome: MUNICIPIO SINTRA  
 Tipo Proprietário: 01 - Único Proprietário  
 Domicílio Fiscal: 01 - Território Nacional  
 Parte: 1/1 Bem Casal: N

### Terreno para Construção

Área Total do Terreno: 7.353,0000 m <sup>2</sup>	Área Bruta de Construção: 7.352,0000 m <sup>2</sup>
Área de Implantação do Prédio: 3.676,0000 m <sup>2</sup>	Área Bruta Dependente: 0,0000 m <sup>2</sup>

### Outros Elementos

Data de Passagem a Urbano: 2015-08-21	Data do Facto: 2015-10-01
---------------------------------------	---------------------------

### Documentos Anexos

Alvará de Licença de Construção: 0	Planta(s) do(s) edificio(s): 0
Planta(s) de Localização / Croquis: 1	Anexo I: 0
Projecto ou Viabilidade Construtiva: 1	

Reunião de

7 0 OUT. 2015

Ass.º Agendado com o  
 Nº 31



Informação – Proposta n.º SM 25078  
Sintra, 16-06-2015

Assunto: Reserva de terreno no âmbito do projeto de ampliação da EB Alto dos Moinhos

De: DED.DPLE – Cristovalina Afonso

Para: DED – Exmo. Sr. Diretor de Departamento, Dr. Frederico Eça

Aquando da definição do projeto de construção do Pólo para ensino secundário, na EB Alto dos Moinhos, foi solicitada a reserva de uma parcela de terreno, contíguo à escola, para que o Clube de Natação Colégio Vasco da Gama pudesse concretizar o projeto de construção de uma piscina, cuja utilização, por seu turno, seria cedida à escola para a prática de natação.

A versão final do projeto, cuja cópia se anexa, previa a implantação de uma horta pedagógica, num dos extremos da área onde está prevista a construção do equipamento destinado ao ensino secundário, deixando por utilizar uma outra parcela de terreno, assinalada na cópia em anexo, para a eventual construção da referida piscina.

A DGPI, face ao manifesto interesse de compra desta parcela, conjugado com o interesse do Município na concretização da referida venda, acompanhou este Departamento na realização de uma reunião com a Direção Executiva da Escola e o representante do Clube de Natação Colégio Vasco da Gama, no passado dia 12 de junho de 2015, a fim de se aferir da manutenção de vontade e pertinência do projeto de implantação da piscina por parte destas duas entidades. Tal vontade foi reafirmada por ambas.

De seguida, em 17/06/2015, teve igualmente lugar uma reunião entre a DPGE, representado pela Eng.ª Fátima Gonçalves e Arqt.ª Lurdes Carvalho, a DPGI, representada pelo Dr. Carlos Vieira e pela Dra. Sílvia Araújo e o DED, representado pelo Dr. Frederico Eça e pela signatária, com o objetivo de se avaliar tecnicamente a possibilidade de implantação da piscina, caso o projeto se venha a concretizar, no espaço anteriormente destinado à horta pedagógica, da qual a Direção da Escola prescinde nesta altura, em razão da sua preferência pela possibilidade de oferta de natação aos alunos. Foi tecnicamente consensualizado, entre os presentes que, sem que haja necessidade de proceder a qualquer alteração ao projeto, se mantém a possibilidade de alienação de parcela de terreno para venda, como se configura de interesse para o Município, sem comprometer a eventual implantação da piscina.

Confirmando-se esta possibilidade técnica, e em face do acima exposto, colocamos à consideração superior:

1. O envio da presente Informação-proposta à DPGI para informação da disponibilidade encontrada para alienação da parcela de terreno identificada na cópia do projeto em anexo;
2. O envio ao DCD para, através dos serviços da DDJU, estabelecer os contactos que entender por convenientes com o Clube de Natação Colégio Vasco da Gama, no sentido de articular os aspetos relacionados com esta situação.

À consideração superior,

A Chefe de Divisão

Cristovalina Afonso

Reunião de

20 OUT. 2015

Decº Agendado com o

Nº 31



N.º SM 25078/2015  
Sintra, 16-06-2015 12:23:17

Assunto: Reserva de terreno no âmbito do projeto de ampliação da EB Alto dos Moinhos

A consideração superior do Exmo. Sr. Diretor de Departamento, Dr. Frederico Eça.

CRISTOVALINA  
ALBANO MIRA DE  
ALMEIDA AFONSO

Digitally Signed by CRISTOVALINA ALBANO MIRA DE ALMEIDA AFONSO  
DN: CN=CRISTOVALINA ALBANO MIRA DE ALMEIDA AFONSO, SERIALNUMBER=8076961156,  
O=CRISTOVALINA, SN=ALBANO MIRA DE ALMEIDA AFONSO, OU=Assinatura Qualificada do Cadeão,  
OU=Cadeão Portugal, O=Cadeão de Cadeão, C=PT  
Reason: Parecer  
Date: 2015-06-22T09:41:41

Concordo. A consideração superior do Exmo. Senhor Vice-Presidente Rui Pereira.

FREDERICO MANUEL  
DE BRITO TELES DE  
ALMEIDA DE EÇA

Digitally Signed by FREDERICO MANUEL DE BRITO TELES DE ALMEIDA DE EÇA  
DN: CN=FREDERICO MANUEL DE BRITO TELES DE ALMEIDA DE EÇA, SERIALNUMBER=8056641380,  
O=FREDERICO MANUEL, SN=DE BRITO TELES DE ALMEIDA DE EÇA, OU=Assinatura Qualificada do Cadeão,  
OU=Cadeão Portugal, O=Cadeão de Cadeão, C=PT  
Reason: Parecer  
Date: 2015-06-22T10:07:37

Concordo:  
1. À DGPI;  
2. Ao DCD.

[Assinatura Qualificada]  
Rui José da Costa  
Pereira

Digitally Signed by [Assinatura Qualificada] Rui José da Costa Pereira  
DN: CN=Assinatura Qualificada Rui José da Costa Pereira, SERIALNUMBER=80620201, SN=Rui José da Costa Pereira, OU=Assinatura Qualificada do Cadeão,  
OU=Cadeão Portugal, O=Cadeão de Cadeão, C=PT  
Reason: Parecer  
Date: 2015-06-22T11:29:30

Para DDJU.

MARIA JOÃO DO  
CARMO RAPOSO

Digitally Signed by MARIA JOÃO DO CARMO RAPOSO  
DN: CN=MARIA JOÃO DO CARMO RAPOSO, SERIALNUMBER=8077534891, SN=MARIA JOÃO, OU=Assinatura Qualificada do Cadeão,  
OU=Cadeão Portugal, O=Cadeão de Cadeão, C=PT  
Reason: Parecer  
Date: 2015-06-22T18:57:35

*A Dma. segue a continuar o processo de alinhamento por  
Masta Dobra pelo valor base de 850 mil euros.*

22.06.15  
O Chefe da DGPI

*Carlos Vieira*  
Carlos Vieira

Reunião de

2.º OUT. 2015

Docº Agendado com o  
Nº 31